

Agenda ambiental na administração pública na estratégia de saúde da família odontomédico - Mamanguape/PB

Environmental agenda in public administration in the health strategy of odontomédico family - Mamanguape / PB

André Aragão Batista¹; Bruno Alves Moura¹; Valeska Dantas da Silva Moura¹; Alberto Correia Gomes Filho²

RESUMO - Este trabalho visa mostrar o valor de se utilizar um modelo de gestão pública sustentável visando a conservação ambiental por parte dos nossos administradores. Através de mobilizações os locais de Gestão Pública e a sociedade civil a fim de promover o desenvolvimento sustentável a partir da mudança de cultura e organizacional. Onde foi proposto a inserção do projeto Agenda Ambiental na Administração Pública, ao Estratégia De Saúde Da Família Odontomédico localizado na cidade de Mamanguape/PB, realizado entre os meses de abril a julho de 2012, onde teve como público alvo os funcionários ESF (Estratégia Saúde da Família), na faixa etária entre 22 e 40 anos. A equipe da ESF possui 15 profissionais, dos quais 08 participaram do projeto, pois os critérios para a escolha foi à voluntariedade tentando buscar uma redução no uso dos recursos advindos da natureza utilizados naquele ambiente de trabalho, levando uma melhor percepção ambiental por parte dos funcionários, dispostos a praticar o que aprenderam e a repassarem as práticas para que todos atuem em prol do meio ambiente. Administrando esses recursos e buscando um meio ambiente ecologicamente equilibrado, fazendo que esta responsabilidade comece nos órgãos públicos e se estendendo a população, conseqüentemente buscando adotar critérios para uma administração pública sensível e menos consumista.

Palavras-chave: Administração pública; Sensível; Sustentável.

ABSTRACT - This paper aims to show the value of using a sustainable public management model aimed at environmental conservation by our administrators. Through mobilizing the local public administration and civil society in order to promote the sustainable development from the culture and organizational change. Where was proposed the insertion of the project Environmental Agenda in Public Administration, the Family Health Strategy Odontomedico located in the town of Mamanguape/PB, conducted between the months of April to July 2012, where he had as target audience the official ESF (Family Health Strategy), in the age group between 22 and 40 years. The team of the FHT has 15 professionals, of which 08 participated in the project, because the criterion for the choice was to voluntariness trying to seek a reduction in the use of resources from nature used in the work environment, leading a better environmental perception on the part of officials, willing to practice what they have learned and pass the practices to which all act in favor of the environment. Managing these resources and searching for an ecologically balanced environment, making this responsibility begins in public agencies and extending the population, thus seeking to adopt criteria for a public administration sensitive and less consumerism.

Keywords: public administration; Sensitive; Sustainable.

INTRODUÇÃO

O homem tem problemas com o meio ambiente, desde os tempos em que não tínhamos conhecimento das técnicas de plantio da agricultura, já na Revolução Industrial, foi a partir da mecanização dos sistemas de produção que este quadro efetivamente se modificou. Ou seja, enquanto na Idade Média o artesanato era a forma mais utilizada para produzir, na Idade Moderna tudo mudou.

A burguesia, buscava maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Também podemos apontar o crescimento populacional, que trouxe maior demanda de produtos e mercadorias.

“Hoje, as pessoas compram porque desejam e não porque precisam. Quando você consome porque apenas deseja, o consumo não é racional. E, cada vez mais, o volume de novos produtos e publicidade nos instiga ao consumo irracional” (BERNARDO, 2009).

As guerras também causaram terríveis impactos ambientais, nocivos a todos os seres vivos no mundo, a industrialização cresceu a partir do XVIII, através da Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra. Esse momento ficou marcado pelas transformações no processo produtivo, que introduziu máquinas capazes de produzirem em grande escala, e passando a utilizar fontes de energia mais eficientes como o carvão, o melhor exemplo, disso é o resultado atual, no qual por exemplo, outros países menos desenvolvidos são caracterizados por uma industrialização que veio muito tarde, cujo esse desenvolvimento cresceu após a Segunda Guerra Mundial sendo assim com o nosso país. O capitalismo é um sistema econômico voltado para a produção e acumulação de riquezas e essas riquezas são produtos, isto é, produção em grande escala para a compra e troca, para a movimentação do comércio e desenvolvimento do capitalismo, não tendo controle no uso dos recursos naturais.

O Brasil, em apenas um metro quadrado de terra, em qualquer lugar do Brasil, tem mais nutrientes e seres vivos, ou seja biodiversidade, da vida, que em muitos países inteiros da Europa, na atualidade e não temos controle sobre ou mesmo orientação de como administrar esse grande potencial do nosso país.

Diante de alguns desses problemas, a prática da gestão ambiental tem cada vez mais espaço tanto na indústria quanto no serviço público. A situação evidencia a urgência em se adotar um sistema de conscientização educacional adequado para o manejo dos resíduos, definindo uma política para a gestão e o gerenciamento, a qual assegure a melhoria continuada do nível de qualidade de vida, promovendo ações práticas recomendadas para a saúde pública e protegendo o meio ambiente (SANCHES et al., 2006).

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, o nosso país está produzindo em média de 90 milhões de toneladas de lixo a cada ano e maior parte

desse material vai para lixões a céu aberto onde não passam por nenhum tipo de tratamento, onde uma parcela muito pequena desses resíduos são levadas a locais apropriados para reciclagem. Hoje temos uma Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída por uma Lei Federal 12.305, de 2 de agosto de 2010, e sendo regulamentada pelo Decreto Federal 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

A décadas passadas a preocupação em relação à gestão dos recursos giravam em torno da capacidade de realização material e geração de riquezas e alimentos, fazendo com que a regulação de usos e os instrumentos de gestão fossem bastante limitados (SANTOS e COELHO, 2005).

O Ministério do Meio Ambiente tem feito uma série de medidas que tem por base sensibilizar, orientar e instruir a sociedade para um grave problema que é a destinação do lixo produzido no país, para tanto, temos campanhas nacionais veiculadas nos principais meios de comunicação, principalmente na televisão. Mas isso é só o início de um grande trabalho que precisa ser realizado, buscando a sensibilização da sociedade.

A designação social se deve ao comprometimento para com os direitos sociais, por manter plenamente os compromissos sociais assumidos pelo Estado social-democrático, e a designação liberal se deve à crença nos mercados e na concorrência. Defende-se, assim, a ideia de que o Estado deve regular e manter a proteção à saúde, meio ambiente e patrimônio público. (BRESSER PEREIRA, 2001).

Diante desses fatos podemos, nos perguntar o que seria preciso para esse grande passo? Uma das respostas com certeza é uma política de gestão ambiental. Então o que seria Gestão Ambiental? A principal definição desse termo gestão ambiental vem da nossa Constituição Federal (ART-225.) no diz que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

“Parece haver também uma assimetria entre o desejo de muitos municípios (sobretudo os menores) em não assumir a gestão ambiental municipal e o desejo do estado em repassá-la” (AZEVEDO et al., 2007).

A gestão ambiental é uma prática nova, que com muito pouco tempo, vem ganhando espaço em instituições públicas e privadas. Seu objetivo é buscar a melhoria constante dos produtos, serviços e do ambiente de trabalho, em todo tipo de administração, desta maneira considerando o fator ambiental.

Atualmente a gestão ambiental começa a ser encarada como um assunto privilegiado, porque além de estimular a qualidade ambiental também possibilita a redução de custos, como redução de desperdícios com água, energia e matérias-primas. No caso do setor público, a Gestão Ambiental apresenta algumas características diferenciadas.

O governo tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável, porque ele é o responsável por estabelecer leis e normas que estabelecem os critérios para o meio ambiente, que devem ser seguidos por todos, e principalmente por setores da área privada que, em seus processos de produção, utilizam dos recursos naturais e produz alta quantidade de resíduos poluentes.

Por isso, além de definir as leis e fiscalizar o cumprimento delas, o poder público precisa ter uma atitude coerente, se responsabilizando por ajustar seu comportamento, tornando-se o principal exemplo de mudanças de padrões de consumo e também da produção, tornando uma fonte de inspiração por ação ética e socioambiental.

A Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecida pela sigla A3P, foi instituída em 1999 pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, com algumas propostas como: Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais; Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública; Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Com essa visão o Estado reconheceu que a administração pública traz um grande consumo de recursos naturais, por essa razão foi que o governo Federal precisou assumir a responsabilidade na introdução de novos referenciais, orientando-se para um objetivo de sustentabilidade socioambiental no âmbito da administração pública.

“Os termos administração, gestão do meio ambiente, ou simplesmente gestão ambiental serão aqui entendidos como as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam.” (BARBIERI, 2001).

Desse modo, o objetivo deste trabalho é apresentar da Agenda Ambiental na administração pública na estratégia de saúde da família odontomédico no município de Mamanguape-PB. O intuito desse projeto foi mostrar de forma simples a necessidade da implantação de um plano de Gestão Ambiental, ressaltando a importância das nossas ações na conservação do meio ambiente.

Essas práticas possibilitam a conscientização para a conservação, despertando o interesse sobre o meio

ambiente, através de ações que promovam uma vida em harmonia com o seu meio e que possa fazer parte do Projeto da instituição. E o mais importante, é que possamos transmitir os valores da conservação do ambiental que vivemos para que se alcance a sociedade.

O trabalho foi realizado na ESF (Estratégia Saúde da Família) Odontomédico, localizado no Município de Mamanguape, estado da Paraíba, localizado na microrregião do Litoral Norte. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 sua população é de 42.330 habitantes, com área territorial de aproximadamente 349 km².

O público alvo foram os funcionários, na faixa etária entre 22 e 40 anos. A equipe da ESF possui 15 profissionais, dos quais 08 participaram do projeto, pois os critérios para a escolha foi à voluntariedade para participar desse trabalho, ou seja, alguns funcionários optaram por não participar. Entre os participantes de profissões diferenciadas como médicos, enfermeiros, agentes de saúde e algumas profissionais da área de limpeza podemos constatar pouco interesse na área ambiental, onde foi mostrado a essas pessoas o projeto A3P e seus objetivos por meio de palestras e conversas sobre o assunto.

Com o objetivo de conhecer e ajudar a mostrar uma percepção ambiental dos funcionários da ESF Odontomédico, ou seja, ajudá-los na compreensão de sua importância para o meio ambiente como um todo, foram aplicados questionários, com perguntas de como seria a interferência daquele trabalho no meio ambiente, onde o mesmo com as perguntas estará nos anexos deste trabalho.

Contribuir assim para informar sobre a importância de cada funcionário e que em um futuro próximo esta referida organização pública torne um agente multiplicador de ações que melhorem nossa vida com bases em consciência ambiental.

Com a aplicação de um questionário com perguntas ligadas ao homem e o meio ambiente, observou-se que a grande maioria dos funcionários não reconhecem que suas atitudes podem afetar o meio ambiente.

Questões relacionadas ao uso de materiais e ao consumo de água e energia foram abordadas, onde procuramos identificar o nível de responsabilidade de cada entrevistado com o uso dos itens mencionados. Onde se percebeu que para quase todos os funcionários a responsabilidade deveria partir do município e não uma ação conjunta entre eles.

“Assim, destaca-se a utilização de métodos que possibilitem fazermos um instrumento de proteção e preservação do meio ambiente através do poder público, sem criar um adicional de carga tributária já existente” (OLIVEIRA, 1999).

Contribuir para a redução de impactos ambientais, reduzir os custos do governo e melhorar a produtividade dos funcionários com propostas efetivas baseadas na apresentação do projeto A3P no ESF

Odontomédico, visando resultados quanto ao cumprimento de sua responsabilidade socioambiental.

Mudar os conceitos e procedimentos não é uma tarefa fácil, mas é possível, quando se estimula o consumo responsável e o combate ao desperdício que são questões fundamentais para resolver os problemas ambientais. Sempre iremos encontrar resistência quando se fala de mudar qualquer rotina, Mas, com tempo e vontade de alguns, será possível alterar um pouco o cotidiano do local de trabalho trazendo vários avanços. De acordo Tavares (2010), desenvolver um projeto de Educação Ambiental, observa-se que criar incentivos considerados no que diz respeito ao meio ambiente e se faz perceber que o homem faz parte dele, que todos tem seus direitos e deveres em relação ao Planeta Terra.

“O planejamento ambiental a ser desenvolvido, o qual constitui parte integrante da gestão estratégica da organização, considera o teor da análise ambiental e do diagnóstico inicial efetuado no âmbito da organização sob estudo para fins de geração do Plano de Proteção do Ambiente, Saúde e Segurança dos empregados, clientes e comunidade”. (DE ANDRADE et al. 2002).

O cotidiano tem grandes efeitos nas ações para proteger e conservar o meio ambiente tornando indispensável para o gerenciamento ambiental, sendo uma das melhores ferramentas de sustentabilidade do órgão envolvido, aproveitando melhor todos os recursos disponíveis para operacionalização das atividades e de seus processos produtivos. Seguindo a linha de pensamento de Mannheim (1962, 1972, 1973), Santos e Coelho (2005) atentam para uma maior necessidade da centralização federal, no planejamento das políticas públicas que sejam aplicáveis nacionalmente. Essas medidas levariam o Legislativo e Executivo estaduais e municipais a gerar medidas para grupos locais e seria uma forma de fortalecer o sentido institucional dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

Tendo em vista a necessidade, os gestores públicos deveriam procurar constantemente promover a sensibilização ambiental entre os colaboradores e a comunidade, através de palestras destacando a importância de um sistema de gestão ambiental se utilizando de visitas nas comunidades, envolvendo todos os acadêmicos das instituições de ensino superior ligados a essa temática existentes na região.

Por isso, investir em conhecimento possibilitando maior agilidade nos processos e nas ações de preservar e utilizar adequadamente os recursos naturais e destinação dos resíduos poluentes em lugares previamente determinado. Com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental iríamos dar um grande passo em busca do Desenvolvimento Sustentável, em âmbito

municipal convergindo os seus interesses técnicos, econômicos e atendimento a comunidade.

Tendo a redução dos impactos e o conhecimento de suas atitudes onde levaria a uma melhor utilização dos recursos naturais utilizados. Nem sempre prestamos atenção se o material que utilizamos é de fato necessário se estamos usando de forma racional, muitas vezes nem sabemos se esses materiais advêm de fontes naturais, por isso precisamos combater o desperdício e valorizar a economia visando o meio ambiente. Santos e Coelho (2005) acrescentam ainda que a aposta em uma maior consciência por parte dos cidadãos é incapaz de produzir efeitos, pois a lógica predominante é a imposta pelas relações econômicas, que são determinadas pelas organizações. Em quatro meses de acompanhamento, onde nitidamente houve uma redução de gastos em alguns dos itens observados, no quais podemos destacar alguns como a energia elétrica, água e material para escritório, orientando com alguns simples gestos. Medidas simples para economizar energia, como a preferir luz e ventilação natural, abrindo janelas e cortinas, paredes brancas, apagar lâmpadas e desligar computadores quando não estiver usando, pelo menos o monitor e o ar condicionado quando sair da sala ou quando não estiver usando. Alguma medidas para economizar água, como fechar torneiras, evitar entupimentos de pias e vasos sanitários e verificar vazamentos e uso racional do papel utilizando do papel reciclado, imprimindo frente e verso, reformatar documentos, evitar espaços em branco, não imprimindo ou xerocando material desnecessário usando blocos de anotação com papéis usados e Uso do e-mail e do meio digital para comunicação.

Com pequenas diferenças no apagar a luz quando sair de uma sala, desligar o ar-condicionado e ventiladores quando não se faz necessário, a reutilização de papel para bloco de notas, também foi utilizado, e ainda poderíamos ter melhorado com a mudança de alguns aparelhos antigos por novos com menor consumo de energia, mas esse tipo de mudanças não depende dos funcionários e sim da administração, onde temos um tipo de barreira no que diz respeito a mudanças do ambiente físico. Mas existem mudanças que ainda não aconteceram pois precisamos da conscientização dos gestores superiores do município para que seja realizado ainda mais resultados a favor do meio ambiente.

A população que usa o serviço do referido ambiente de gestão pública também foi orientada na questão ambiental, com pequenas palestras onde visamos mostrar sua importância ao contribuir com as questões abordadas, mesmo não sendo um trabalho direcionado apenas a instituição pública e que essa consciência dos usuários poderia trazer mudanças ainda maiores, mas que até agora não obtivemos grandes resultados com os mesmos, onde existe uma resistência, acreditando eles que o gestor público está envolvido nesse trabalho.

“Poucos minutos por mês dedicado a orientação sobre o assunto de conscientização ecológica pode levar a grandes resultados, sendo que esse tempo tem que ser bem aproveitado podendo gerar grande economia. Dessa forma, esses locais sob administração pública são ambiente mais propício para a abordagem de temas relativos à ecologia, saúde, higiene, preservação do meio ambiente e cidadania” (BRITTO, 2000).

Temos que ter a consciência que essa economia não é só para o estado ou município ou órgão federal e sim para o nosso próprio bem, onde dependemos dos recursos existentes economizamos na natureza e contribuimos para a continuação de nossa existência. Portanto utilizar os recursos naturais de forma racional não é apenas uma questão de economia, mas de preservação da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho buscou-se apresentar aos funcionários municipais a importância de ter sua percepção ambiental, levando essa visão para a vida cotidiana e na sua profissão. Buscamos mostrar aqueles profissionais que as nossas atividades interferem diretamente no ambiente em que vivemos podendo causar problemas a atingir toda a população. Com grande esforço conseguimos pequenas mudanças relacionados aos gastos com os materiais citados nesse trabalho, trazendo redução no gasto de energia, água e outros, tais reduções não foram colocadas pois não foram repassadas informações em números.

Este trabalho trouxe a oportunidade desses profissionais reconhecerem os problemas ambientais causados pelo o homem, como podemos colaborar para evitar tais problemas, ajudando a preservar nossos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BISPO, C. S.; PAIVA, M. S. D. Processo de sensibilização ambiental: uma experiência como multiplicadora em educação ambiental em escolas municipais do Natal/RN. In: SEABRA, G. F.; MENDONÇA, I. T. L. (Orgs). Educação ambiental para a sociedade sustentável e saúde global. 3. ed., v. 4, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

BRITTO, C. Educação e gestão ambiental. Salvador: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável - SDS- MMA - Brasília, 2007 - Projeto Agenda Ambiental na Administração Pública, Brasília Distrito Federal:

Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 9º andar, sala 925, MEC, 1997.

CORREIA, L. F. O; MORAIS JR., J. A. Proposta de tratamento dos resíduos sólidos do município de Itabaiana-PB através da educação e gestão ambiental. In: SEABRA, G. F; MENDONÇA, I. T. L. (Orgs). Educação ambiental para a sociedade sustentável e saúde global. 3. ed., v. 4, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

COPOBIANCO, J. P. - Meio ambiente: educação ambiental por decreto. Folha de São Paulo, 6 abr. 1990. Caderno c, p.3.

DE ANDRADE, Et al. - Gestão Ambiental - Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Perason Education do Brasil. São Paulo, 2002.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e praticas. 6ª ed. São Paulo: Gaia, 552p., 2000.

DONAIRE, D. - Gestão ambiental na empresa. 2. ed. Atlas. São Paulo, 1999.

GRIPPI, S. Lixo: reciclagem e sua história. Interciências: Rio de Janeiro, 2006. 166p.

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. 5 ed. Campinas: Papirus, 2003.

GUIMARAES, M. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 81-106, 2003.

LEGISLAÇÃO do meio ambiente. 3. ed. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. v.I, v.II.

SEMARH, Guia de Construção da Agenda Ambiental - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, 2004.